

O APRENDER NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo sobre o Projeto Político Pedagógico de uma instituição educativa

SANTANA, Andrielly Wisley dos Santos¹
SILVA, Isabele Adriana Rosa da²
ALBANO, Valdineide de Araújo³
DANTAS, Elaine Luciana Sobral⁴

RESUMO: O Projeto Político Pedagógico - PPP é um documento muito importante para a construção e desenvolvimento da gestão, dos currículos e das práticas educativas na instituição escolar. Dessa forma, o PPP é a identidade da escola e precisa envolver em sua construção e permanente avaliação, os/as estudantes, professores/as e comunidade escolar na perspectiva de uma educação pautada no coletivo, na qual todos/as participam como protagonistas das ações cotidianas. O presente estudo busca analisar as concepções e orientações relativas aos processos de aprendizagem das crianças no PPP de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município de Angicos/RN. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa do tipo documental, para a análise do PPP da instituição. Foi possível perceber que o documento utiliza como embasamento legal os documentos norteadores da Educação Infantil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Brasil, 1996), a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI (Brasil, 2009), entre outros. Os referidos documentos, salvo suas diferenças e objetivos, apontam para um olhar atento em relação ao protagonismo das crianças em suas aprendizagens. Na análise, identificamos que o PPP do CMEI prioriza o brincar como forma principal de aprendizagem das crianças e desenvolvimento de seus direitos. Desse modo, identificamos uma concepção de aprendizagem pautada na brincadeira como prática cultural, interação social mediada pelo outro e pela linguagem, propulsora de desenvolvimento e experiência singular da criança.

Palavras-chave: educação infantil; aprendizagem; crianças; brincadeiras.

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, Bolsista do Programa Residência Pedagógica, UFERSA, Angicos/RN, andrielly_2012.net@hotmail.com

² Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, Bolsista do Programa Residência Pedagógica, UFERSA, Angicos/RN, isabeleadrianarosa@gmail.com

³ Licenciada em Pedagogia, Preceptora do Programa Residência Pedagógica, UFERSA, Angicos/RN, valdineidealbano@gmail.com

⁴ Doutora em Educação, Docente Orientadora do Programa Residência Pedagógica, UFERSA, Angicos/RN, elaine.sobral@ufersa.edu.br

ABSTRACT: The Pedagogical Political Project - PPP is a very important document for the construction and development of management, curricula and educational practices in the school institution. In this way, the PPP is the identity of the school and needs to involve students, teachers and the school community in its construction and permanent evaluation from the perspective of an education based on the collective, in which everyone participates as protagonists of the actions everyday. The present study seeks to analyze the conceptions and guidelines relating to children's learning processes in the PPP of a Municipal Early Childhood Education Center (CMEI) in the municipality of Angicos/RN. To this end, we developed qualitative documentary research to analyze the institution's PPP. It was possible to notice that the document uses as a legal basis the documents that guide Early Childhood Education, such as the Law of Guidelines and Bases of National Education - LDBEN (Brazil, 1996), the National Common Curricular Base - BNCC (Brazil, 2017), the Guidelines National Curricula for Early Childhood Education - DCNEI (Brazil, 2009), among others. The aforementioned documents, except for their differences and objectives, point to a careful look at the role of children in their learning. In the analysis, we identified that the CMEI PPP prioritizes playing as the main way for children to learn and develop their rights. In this way, we identify a conception of learning based on play as a cultural practice, social interaction mediated by others and by language, a driver of the child's development and unique experience.

Key words: child education; learning; children; pranks.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi desenvolvido durante nosso período de ambientação e participação nas atividades educativas de um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, do município de Angicos/RN, no contexto do Programa Residência Pedagógica - PRP. Pensando na relevância do Projeto Político Pedagógico - PPP para uma escola, foi importante conhecer e analisar o referido documento do CMEI, pensando na sua estrutura e principalmente nos seus objetivos com os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil.

(Veiga, 2002) enfatiza que o projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Nesse sentido, a coletividade é a base para a construção efetiva do PPP, em que atende a todos que fazem parte da escola.

O PPP é um documento muito importante para a construção e desenvolvimento da gestão, dos currículos e das práticas educativas na instituição escolar. Dessa forma, o PPP é a identidade da escola e precisa envolver em sua construção e permanente avaliação, os/as estudantes, professores/as e comunidade escolar na perspectiva de uma educação pautada no coletivo, na qual todos/as participam como protagonistas das ações cotidianas.

Observamos que o PPP da instituição foi elaborado com uma participação coletiva, envolvendo os profissionais e toda a comunidade escolar, assim, permite que a escola e a família tenham uma parceria, contribuindo no desenvolvimento da criança. Além disso, é realizado parcerias com outras instituições, o que proporciona aos profissionais participar de formações que possibilitem um conhecimento amplo da Educação Infantil, podendo inovar o próprio fazer pedagógico.

Desse modo, fomos indagando a partir de nossas observações no cotidiano do CMEI, como estavam orientadas e registradas no texto do PPP da instituição, as ideias sobre como as crianças aprendem. Este estudo, tem como objetivo analisar as concepções e orientações relativas aos processos de aprendizagem das crianças no PPP de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município de Angicos/RN.

Na próxima seção, apresentaremos a nossa metodologia de análise e em seguida, os principais resultados e discussões.

2 METODOLOGIA

O presente estudo se configura a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa, que busca analisar o texto do Projeto Político Pedagógico de uma instituição, tendo assim, um caráter interpretativo e reflexivo. Dessa forma, utilizamos como principal instrumento metodológico a análise documental. Realizamos, portanto, um estudo amplo sobre Projeto Político Pedagógico, Educação Infantil e Aprendizagem, para embasar nossa análise do documento.

A presente pesquisa ocorreu no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) da cidade de Angicos/RN, nossa escola campo do PRP. O nosso *corpus* de análise foi o texto do PPP da escola. Este foi elaborado na perspectiva de apresentar e descrever a identidade da escola e a sua proposta educativa, sendo uma construção coletiva e pautada em documentos legais e curriculares da Educação Infantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao construir o PPP é necessário ter em mente que sua finalidade é formar indivíduos, diante disso, o documento regente da instituição tem caráter cultural, social e político. Conforme o art. 12 da LDBEN, as instituições de ensino devem elaborar e executar sua proposta pedagógica; ou seja, a instituição escolar tem a responsabilidade de construir o documento, porém, a LDBEN também salienta que a elaboração do Projeto Pedagógico deve ser feita em conjunto, com toda a comunidade escolar. Esse documento é crucial para guiar todas as atividades pedagógicas de cada instituição e está em constante debate e ajustes, com o objetivo de encontrar soluções que contribuam para aprimorar a qualidade do ensino.

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (Veiga, 2002, p. 13-14).

Diante das palavras de (Veiga, 2002), podemos considerar que o PPP possui princípios de liberdade, igualdade, qualidade e democracia. O documento deve ser elaborado com o objetivo de atender as necessidades da comunidade escolar e transformar a realidade dos sujeitos, para isso, deve-se considerar o contexto social que a escola está inserida e as especificidades do público que a frequenta. O Projeto pedagógico é um caminho a ser percorrido por todos, e no final dele as metas preestabelecidas devem ser alcançadas.

Por isso, não deve ser um documento padrão, cada escola atende um grupo diferente, com ideologias distintas, isso significa que cada escola deve definir seus próprios objetivos e metas. Para que as metas sejam alcançadas é importante que as ações realizadas sejam em comum acordo com as indicações do PPP, visto que, são elas que nortearão todas as atividades escolares. É fundamental destacar que o objetivo do Projeto Político Pedagógico é orientar a organização do trabalho educacional de maneira abrangente na escola.

No contexto de nosso estudo, conforme já situado, estamos tratando do PPP de um Centro Municipal de Educação Infantil. Foi possível perceber que o documento utiliza como embasamento legal os documentos norteadores da

Educação Infantil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Brasil, 1996), Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI (Brasil, 2009), entre outros. Os referidos documentos, salvo suas diferenças e objetivos, apontam para um olhar atento em relação ao protagonismo das crianças em suas aprendizagens. Na análise, identificamos que o PPP do CMEI prioriza o brincar como forma principal de aprendizagem das crianças e desenvolvimento de seus direitos.

Conforme o PPP (Cmei, 2020, p. 37),

Considerando sempre que a criança é um sujeito histórico e de direitos, e que nas suas relações constrói sua identidade pessoal e coletiva. Dessa forma as práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula, devem ter como eixo norteador as interações e a brincadeira, visando o desenvolvimento integral desses sujeitos.

Pautado nas DCNEI (Brasil, 2009), as interações e a brincadeira aparecem como eixos norteadores dos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, e conseqüentemente, das práticas pedagógicas a serem realizadas na Educação Infantil. Compreendendo, pois, a brincadeira como principal linguagem e atividade da criança, propulsora de seu desenvolvimento, modo como ela constrói sua identidade e aprende sobre si, o outro e o mundo. Segundo o PPP analisado, “a brincadeira é uma parte fundamental da aprendizagem e desenvolvimento da criança, momento em que ela exercita todos os seus direitos e estabelece contato com os campos de experiências, como protagonista de seu desenvolvimento” (Cmei, 2020, p. 21).

A BNCC (Brasil, 2017) orienta o desenvolvimento dos currículos e práticas cotidianas na Educação Infantil a partir de uma organização de campos de experiências, e cada campo é direcionado para assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Para (Oliveira, 2020), pensar o trabalho com campos de experiências muda o foco do currículo da perspectiva do(a) professor(a) para a perspectiva da criança, que empresta um sentido singular às situações de aprendizagens, e aponta para a imersão da criança em práticas transdisciplinares abertas a suas iniciativas, desejos e formas próprias de agir situações em que constroem noções, habilidades, atitudes e valores, e constituem sua identidade. O PPP em análise se encontra baseado nessa estruturação curricular.

Em seu corpo possui fundamentação teórica em estudiosos como Montessori (1983), Piaget (1975), Wallon (1971;1979), Vygotsky (1984), entre outros. Isso mostra a preocupação em elaborar um documento tão importante na organização educativa da instituição. O foco principal na Educação Infantil é o desenvolvimento cognitivo, físico e social das crianças. A infância é uma fase de muitas mudanças, tendo como característica o brincar, é por meio das brincadeiras e nas interações que as crianças aprendem e se desenvolvem. Um dos princípios norteadores do PPP é a valorização da criatividade, ludicidade e diversidade cultural. Nesse sentido, (Vygotsky, 1987, p. 35), afirma que:

[...]o brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos.

A brincadeira irá promover a interação, participação, a experiência de cada um, e principalmente, o desenvolvimento intelectual, motor e emocional/afetivo da criança, então, o brincar vai muito além da diversão, sendo uma prática para efetivar suas especificidades e aprendizagens. Segundo o PPP:

Os elementos constitutivos do currículo na educação infantil são as interações e brincadeiras:

- As interações são mediadas pelo outro e pelos signos.
- As interações das crianças são especialmente caracterizadas pela brincadeira, sua principal atividade e linguagem.
- No brincar a criança experimenta, organiza-se, cria e recria o mundo que a cerca.
- Brincar é algo que se aprende socialmente, quando compartilhado, e nas interações com os outros da cultura. (Cmei, 2020, p. 30).

Desse modo, identificamos uma concepção de aprendizagem pautada na brincadeira como prática cultural, interação social mediada pelo outro e pela linguagem, propulsora de desenvolvimento e experiência singular da criança.

Compreendemos, pois, que as propostas educativas na Educação Infantil devem reconhecer as especificidades, as singularidades individuais e coletivas das crianças. Assim, fica mais fácil promover o conhecimento. Na construção dos saberes das crianças é importante organizar o espaço com materiais que os pequenos possam manusear e experienciar, assim como Montessori defende em sua teoria, para ela é necessário organizar o ambiente para que a criança possa aprender por meio dos estímulos adequados, para isso, é necessário dar autonomia a criança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo o estudo do Projeto Político Pedagógico, é coerente afirmar que o documento da escola abrange uma estrutura interligada às finalidades a serem desenvolvidas na Educação Infantil. Nesse sentido, toda a equipe escolar prioriza a construção do PPP baseado em documentos importantes que regem a perspectiva da Educação Infantil e que essa construção também desenvolve propostas mediante o coletivo.

Com a análise do PPP nota-se o quanto é fundamental o brincar no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e que além disso, é importante promover espaços e estratégias para as crianças demonstrarem autonomia. O PPP é realmente amplo, com diversas abordagens significativas e pautadas no aprender, aprender esse que promove experiências de se expressar, interagir, explorar e vivenciar, entre outros.

Este aprender está nitidamente pautado em cada ponto do PPP pensando no brincar, no caso, tratando da brincadeira como uma proposta de prática importante na aprendizagem efetiva da criança. Por fim, a partir dos objetivos iniciais da pesquisa é notório que a análise permitiu compreender a importância do PPP para escola e a efetividade do documento no desenvolvimento eficiente da Educação Infantil no CMEI, que possibilita além do envolvimento coletivo, a criança como protagonista da sua aprendizagem.

5 AGRADECIMENTOS

A realização do presente estudo teve o suporte da Docente Orientadora e da Preceptora do Programa Institucional Residência Pedagógica – PRP, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil – CAPES, na Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 5/2009.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDBEN - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEI. **Projeto Político Pedagógico**. Angicos, 2020.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil**. -8. ed. rev., atual e ampl. - São Paulo: Cortez, 2020.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª edição Papyrus, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.